



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-000  
Telefone: (41) 3360-5000 - <https://ufpr.br/>

## **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.038/2026**

Processo nº 23075.020416/2026-13

## **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.038/2026**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (153079)**

**Objeto:** Prestação de serviços e realização de exames laboratoriais de saúde, para os Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR nos Campi do interior do Paraná, nas cidades de Jandaia do Sul, Palotina e Toledo.

**Valor Total da Contratação: R\$ 99.333,66**

**Data da Sessão Pública:** Dia **25/06/2026** às 09:00 horas (**horário de Brasília**)

**Data Máxima para recebimento de Impugnações e Esclarecimentos:** **22/06/2025**

**Endereço do certame:** [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**Critério de Julgamento:** Menor preço (por grupo)

**Modo de Disputa:** Aberto

**Tratamento Favorecido ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

**Margem de Preferência para Algum Item:** NÃO

### **SUMÁRIO**

- 1. Do Objeto**
- 2. Do Registro de Preços**
- 3. Da Participação na Licitação**
- 4. Do Orçamento Estimado**
- 5. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação**
- 6. Do Preenchimento da Proposta**
- 7. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances**

- 8. Da Fase de Julgamento**
- 9. Da Fase de Habilitação**
- 10. Do Termo de Contrato**
- 11. Da Ata de Registro de Preços**
- 12. Da Formação do Cadastro de Reserva**
- 13. Dos Recursos**
- 14. Da Adjudicação e Homologação**
- 15. Das Infrações Administrativas e Sanções da Fase Licitatória**
- 16. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento**
- 17. Das Disposições Gerais**

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.038/2026**

(Processo Administrativo nº 23075. 020416/2026-13)

Torna-se público que a Universidade Federal do Paraná, autarquia federal de CNPJ 75.095.679/0001-49, por meio da Coordenadoria de Licitações e Contratações, sediada na Rua Dr. Faivre nº 105, Centro, CEP: 80.060-140, Curitiba - PR, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é prestação de serviços e realização de exames laboratoriais de saúde, para os Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR nos Campi do interior do Paraná, nas cidades de Jandaia do Sul, Palotina e Toledo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Pessoa Física

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a

matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.12. Antes de elaborar suas propostas, os licitantes deverão ler atentamente o Edital e demais documentos anexos, pois a participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou questionamento quanto ao seu conteúdo.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição

previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei nº 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Quantidade cotada. Devendo respeitar as quantidades descritas no Termo de Referência.

6.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.1.4. Pela natureza do objeto desta licitação, não será necessário o preenchimento dos campos marca, fabricante, modelo ou versão no sistema eletrônico.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/ Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.13. **Caso o critério de julgamento for o menor preço**, as propostas, ainda, deverão observar o seguinte:

6.13.1. Ser apresentadas com, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula (exemplo: R\$ 12,34), haja vista que o Sistema Monetário Nacional não contempla valores inferiores a um centavo.

6.13.2. As propostas que não atenderem ao disposto no subitem 6.13.1 acima, apresentando mais do que 02 (duas) casas decimais, quando aplicável, terão as casas excedentes desconsideradas, sendo que a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão, na fase de aceitação, registrará o novo preço no sistema, no campo “valor negociado”, garantida a aceitação do valor que restar após tal procedimento.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta cadastrada em campo próprio do sistema que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão

e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,25% do valor dos itens convertidos em moeda Real.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. O envio de lances no pregão eletrônico será pelo modo de disputa "ABERTO", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela pregoeira/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se



encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021;

7.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. Empresas brasileiras;

7.22.2. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em

razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. Em todo caso a Administração não contratará valor(s) acima do máximo estabelecido no Termo de Referência deste Edital.

**7.24.6. A pregoeira/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

7.24.7. É facultado à pregoeira/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- d) lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento e habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. Contiver vícios insanáveis;

8.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da pregoeira/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados no formato digital através do Sistema de Compras do Governo.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.12. A verificação pela pregoeira/Agente da Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira/Agente de Contratação/Comissão, sob pena de desclassificação/inabilitação.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da pregoeira/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

- a) A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- d) Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.19.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração desta Universidade Federal do Paraná, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. A contratação da empresa classificada, respeitados os demais critérios aqui descritos, far-se-á através da assinatura do Termo de Contrato, nas condições estabelecidas neste Edital.

10.2.1. Recomenda-se que os licitantes providenciem seu cadastro no sistema de processo eletrônico da UFPR, visando agilizar os trâmites para assinatura do Termo de Contrato.

10.2.1.1. O cadastro deve ser feito pelo representante legal da empresa, no sítio [sei.ufpr.br](http://sei.ufpr.br) escolhendo a opção "Você é ALUNO ou usuário externo? Clique AQUI para acessar o SEI." no alto da página.

10.2.1.2. A assinatura do Termo de Contrato poderá ser realizada através do Sistema de Processo Eletrônico da UFPR.

10.2.1.2.1. Não haverá envio de documentos por correio nas situações cuja assinatura do Termo de Contrato seja realizada através do Sistema de Processo Eletrônico da UFPR.

10.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

- a) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste edital e seus anexos;
- b) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. O prazo do item 10.3 poderá ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Caso a proponente não tenha providenciado seu cadastro no sistema de processo eletrônico da UFPR

(SEI), conforme disposto no item 10.2.1 acima, o mesmo se fará obrigatório antes da assinatura do Termo de Contrato, caso a assinatura ocorra no referido sistema.

10.8. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista fraqueada aos interessados no endereço [:: Sistema Eletrônico de Informações - Pesquisa Pública :: \(ufpr.br\)](https://sei.ufpr.br/sei/web/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php), mediante informação do número do processo administrativo.

**Sistema Eletrônico de Informações - Pesquisa Pública (ufpr.br): Endereço eletrônico**  
[https://sei.ufpr.br/sei/web/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php](https://sei.ufpr.br/sei/web/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php)



## **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA FASE LICITATÓRIA**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial, quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3. Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.6. Fraudar a licitação.

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

15.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.4.3. A partir do trânsito em julgado da decisão administrativa de imposição de multa administrativa, os valores devidos estarão sujeitos a atualização monetária, incidindo a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada mensalmente, calculada a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (previsão da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)).

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.5.1 Os parâmetros de aplicação das sanções administrativas no âmbito da UFPR serão os seguintes:

I.D.	Falha apurada	Fundamento legal	Sanção	Multa
A	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 30 dias	Até 5% em relação ao valor de sua proposta
B	Não entregar documento solicitado durante o certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 15 dias	Até 3% em relação ao valor de sua proposta
C	Deixar de manter as condições de habilitação, durante a realização do certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
D	Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela UFPR, durante a análise da proposta ou da planilha de custos da licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
E	Não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
F	Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
G	Pedir para ser	Lei 14.133/2021,	Impedimento de licitar	Até 5% em relação

	desclassificado quando encerrada a etapa competitiva	art. 155 inc. V	e contratar no âmbito da União por até 30 dias	ao valor de sua proposta
H	Deixar de apresentar amostra	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
I	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
J	Não entregar a documentação exigida para a contratação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
K	Não se cadastrar no sistema de processo eletrônico da UFPR para assinatura da Ata ou Contrato	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
L	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
M	Prestar declaração falsa durante a licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
N	Fraudar a licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IX	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
O	Agir em conluio ou em desconformidade com a lei	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
P	Induzir deliberadamente a erro no julgamento	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no	Até 20% em relação ao valor total homologado

			âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
Q	Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
R	Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade:	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
	Apresentar amostra falsificada ou deteriorada	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
S	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
T	Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
U	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a

			todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
--	--	--	---	--

15.5.1.1 As sanções listadas na tabela acima não esgotam a possibilidade de enquadramento das condutas do licitante nas infrações previstas nesta Seção, com a aplicação das penalidades cabíveis.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

15.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica para o e-mail: [licita@ufpr.br](mailto:licita@ufpr.br).

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira/Agente de Contratação/Comissão.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://proad.ufpr.br/licitacoes/>.

17.11. A entrega da proposta implica automática aceitação pela proponente, sem nenhuma ressalva, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência

**Anexo A** - Regras Aplicáveis ao Instrumento Substitutivo do Contrato

**Anexo B** - Termo de Ciência e Concordância

**Anexo C** - Modelo de Proposta

**Anexo D** - Modelo de Ordem de Serviço

**ANEXO II** - Estudo Técnico Preliminar

**ANEXO III** - Minuta da Ata de Registro de Preços

Curitiba, ..... de ..... de 20....



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE SEGAN, ADMINISTRADOR**, em 09/06/2026, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **8916186** e o código CRC **A466FFF1**.

## **ANEXOS AO EDITAL**

### **ANEXO I - TERMO DE REFÊNCIA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
UNIDADE DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE LICITAÇÕES  
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-000  
Telefone: (41) 3360-5000 - <https://ufpr.br/>

Curitiba, 14 de maio de 2026.

Processo nº 23075.020416/2026-13

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**Processo Administrativo nº 23075.020416/2026-13**

#### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Implantação de sistema de registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços e realização de exames laboratoriais de saúde, para os Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR nos campi do interior do Paraná, nas cidades de Jandaia do Sul, Palotina e Toledo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo 01 – Jandaia do Sul						
Item	Descrição	CATSER	Unidade de Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total
1	Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas) - Código TUSS40304361	22373	Unidade	95	R\$ 22,67	R\$ 2.153,65

2	Rotina de urina (caracteres físicos, elementos anormais e sedimentoscopia) - Código TUSS 40311210	22373	Unidade	95	R\$ 15,00	R\$ 1.425,00
3	Creatinina- Código TUSS 40301630	22373	Unidade	95	R\$ 12,67	R\$ 1.203,65
4	Glicose - Código TUSS 40302040	22373	Unidade	95	R\$ 12,67	R\$ 1.203,65
5	Gama GT - Gama-glutamil transferase - Código TUSS 40301990	22373	Unidade	95	R\$ 12,67	R\$ 1.203,65
6	Perfil lipídico / lipidograma (lípidios totais, colesterol, triglicerídios e eletroforese lipoproteínas) - Código TUSS40302750	22373	Unidade	95	R\$ 43,33	R\$ 4.116,35
7	TGO - Transaminase oxalacética (amino transferase aspartato) Código TUSS 40302504	22373	Unidade	95	R\$ 12,00	R\$ 1.1140,00
8	TGP - Transaminase pirúvica (amino transferase de alanina) Código TUSS 40302512	22373	Unidade	95	R\$ 12,00	R\$ 1.1140,00
9	TSH - Tireoestimulante, hormônio (tsh) - Código TUSS 40316521	22373	Unidade	95	R\$ 28,33	R\$ 2.691,35
10	T4 livre - Código TUSS 40316491	22373	Unidade	95	R\$ 30,00	R\$ 2.850,00
11	Hemoglobina glicada (fração a1c) - Código TUSS 40302733	22373	Unidade	95	R\$ 28,33	R\$ 2.691,35
12	Sangue oculto, pesquisa nas fezes - Código TUSS 40303136	22373	Unidade	08	R\$ 35,00	R\$ 280,00
13	Antígeno específico prostático total (PSA) - Código TUSS 40316149	22373	Unidade	06	R\$ 35,00	R\$ 210,00
14	Hepatite b - hbsag (au, antígeno australia) - Código	22373	Unidade	03	R\$ 36,67	R\$ 110,01

	TUSS 40307018					
15	Hepatite b - hbsac (anti -antígeno de superfície) - Código TUSS 40306992	22373	Unidade	03	R\$ 30,00	R\$ 90,00
16	Hepatite b - hbcac - igg (anti -core igg ou acoreg) - Código TUSS 40306950	22373	Unidade	03	R\$ 35,00	R\$ 105,00
17	Hepatite c - anti - hcv - Código TUSS 40307026	22373	Unidade	05	R\$ 35,00	R\$ 175,00
<b>Valor total do Grupo 01</b>						<b>R\$ 22.788,66</b>

<b>Grupo 02 – Palotina</b>						
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>CATSER</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quant</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
18	Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas) - Código TUSS40304361	22373	Unidade	215	R\$ 30,00	R\$ 6.450,00
19	Rotina de urina (caracteres físicos, elementos anormais e sedimentoscopia) - Código TUSS 40311210	22373	Unidade	215	R\$ 20,00	R\$ 4.300,00
20	Creatinina- Código TUSS 40301630	22373	Unidade	215	R\$ 16,67	R\$ 3.584,05
21	Glicose - Código TUSS 40302040	22373	Unidade	215	R\$ 16,67	R\$ 3.584,05
22	Gama GT - Gama-glutamil transferase - Código TUSS 40301990	22373	Unidade	215	R\$ 18,33	R\$ 3.940,95
23	Perfil lipídico / lipidograma (lípidios totais, colesterol, triglicerídios e eletroforese lipoproteínas) - Código TUSS40302750	22373	Unidade	215	R\$ 70,00	R\$ 15.050,00
24	TGO - Transaminase oxalacética (amino transferase aspartato) Código TUSS 40302504	22373	Unidade	215	R\$ 18,33	R\$ 3.940,95



25	TGP - Transaminase pirúvica (amino transferase de alanina) Código TUSS 40302512	22373	Unidade	215	R\$ 18,33	R\$ 3.940,95
26	TSH - Tireoestimulante, hormônio (tsh) - Código TUSS 40316521	22373	Unidade	215	R\$ 25,00	R\$ 5.375,00
27	T4 livre - Código TUSS 40316491	22373	Unidade	215	R\$ 25,00	R\$ 5.375,00
28	Hemoglobina glicada (fração a1c) - Código TUSS 40302733	22373	Unidade	215	R\$ 30,00	R\$ 6.450,00
29	Sangue oculto, pesquisa nas fezes - Código TUSS 40303136	22373	Unidade	50	R\$ 26,67	R\$ 1.333,50
30	Antígeno específico prostático total (PSA) - Código TUSS 40316149	22373	Unidade	25	R\$ 35,00	R\$ 875,00
31	Hepatite b - hbsag (au, antígeno austrália) - Código TUSS 40307018	22373	Unidade	15	R\$ 30,00	R\$ 450,00
32	Hepatite b - hbsac (anti -antígeno de superfície) - Código TUSS 40306992	22373	Unidade	15	R\$ 35,00	R\$ 525,00
33	Hepatite b - hbcac - igg (anti -core igg ou acoreg) - Código TUSS 40306950	22373	Unidade	15	R\$ 25,00	R\$ 375,00
34	Hepatite c - anti - hcv - Código TUSS 40307026	22373	Unidade	25	R\$ 35,00	R\$ 875,00
<b>Valor total do Grupo 02</b>						<b>R\$ 66.424,45</b>

<b>Grupo 03 - Toledo</b>						
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>CATSER</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quant</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
35	Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)- CódigoTUSS 40304361	22373	Unidade	75	R\$ 9,15	R\$ 686,25
	Rotina de urina (caracteres					

36	físicos, elementos anormais e sedimentoscopia) - Código TUSS 40311210	22373	Unidade	75	R\$ 6,00	R\$ 450,00
37	Creatinina- Código TUSS 40301630	22373	Unidade	75	R\$ 4,50	R\$ 337,50
38	Glicose - Código TUSS 40302040	22373	Unidade	75	R\$ 4,50	R\$ 337,50
39	Gama GT - Gama-glutamil transferase - Código TUSS 40301990	22373	Unidade	75	R\$ 5,00	R\$ 375,00
40	Perfil lipídico / lipidograma (lípidios totais, colesterol, triglicerídios e eletroforese lipoproteínas) - Código TUSS 40302750	22373	Unidade	75	R\$ 18,10	R\$ 1.357,50
41	TGO - Transaminase oxalacética (amino transferase aspartato) Código TUSS 40302504	22373	Unidade	75	R\$ 5,00	R\$ 375,00
42	TGP - Transaminase pirúvica (amino transferase de alanina) Código TUSS 40302512	22373	Unidade	75	R\$ 5,00	R\$ 375,00
43	TSH - Tireoestimulante, hormônio (tsh) - Código TUSS 40316521	22373	Unidade	75	R\$ 14,80	R\$ 1.110,00
44	T4 livre - Código TUSS 40316491	22373	Unidade	75	R\$ 14,80	R\$ 1.110,00
45	Hemoglobina glicada (fração a1c) - Código TUSS 40302733	22373	Unidade	75	R\$ 18,50	R\$ 1.387,50
46	Sangue oculto, pesquisa nas fezes - Código TUSS 40303136	22373	Unidade	11	R\$ 10,50	R\$ 115,50
47	Antígeno específico prostático total (PSA) - Código TUSS 40316149	22373	Unidade	06	R\$ 14,80	R\$ 88,80
48	Hepatite b - hbsag (au, antígeno australía) - Código TUSS 40307018	22373	Unidade	25	R\$ 14,80	R\$ 370,00
	Hepatite b - hbsac					

49	(anti -antígeno de superfície) - Código TUSS 40306992	22373	Unidade	25	R\$ 14,80	R\$ 370,00
50	Hepatite b - hbcac - igg (an -core igg ou acoreg) - Código TUSS 40306950	22373	Unidade	25	R\$ 14,00	R\$ 350,00
51	Hepatite c - an - hcv - Código TUSS 40307026	22373	Unidade	50	R\$ 18,50	R\$ 925,00
<b>Valor total do Grupo 03</b>						<b>R\$ 10.120,55</b>

### 1.1.1 Valor total da Contratação: R\$ 99.333,66

#### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.

#### Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados da emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.6 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFPR, não envolvendo a tomada de decisão ou posicionamento institucional, não colocando em risco o controle de processos e de tecnologias da UFPR e não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da instituição.

1.7 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.9 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9.1 Nas contratações que se enquadrarem no limite atualizado previsto no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento contratual será substituído pela Nota de Empenho, nos termos do inciso I do artigo 95 da mesma Lei e da Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024, da Advocacia-Geral da União.

1.9.2 Consta no anexo A as regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, com o Documento de Formalização da Demanda nº 539/2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 75095679000149-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 23/05/2025;

III) Id do item no PCA: 869;

IV) Classe/Grupo: 931 - SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA

V) Identificador da Futura Contratação: 153079-161/2026.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (8ª Edição):

4.1.1 Para a execução dos serviços aplicáveis sempre que couber as exigências leais de sustentabilidade social, no que couber, de forma direta ou indireta os critérios e práticas de sustentabilidade, contidos na Instrução Normativa nº 01/2010-SLT/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, e suas alterações, observando o Plano de Logística Sustentável da UFPR:

- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução do serviço, visando a proteção à segurança e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
- Seguir as normativas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- Observar a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde: Resolução n. 358/2005-CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada ANVISA RDC 222/2018.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2 Considerando que o objeto da licitação trata de serviços, não foram relacionadas marcas ou modelos de produtos para a presente contratação.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3 Considerando que o objeto da licitação trata de serviços, não foram relacionadas marcas ou modelos de produtos para a presente contratação.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.4 Não haverá a exigência de carta de solidariedade nesta licitação.

#### **Subcontratação**

4.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.6 Da Participação De Consórcio Ou Cooperativa**

- a) Será admitida a participação de empresas consorciadas na presente licitação.
- b) Será permitida a participação de Cooperativas.

#### **4.7 Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **4.8 Vistoria**

Para a presente contratação não será exigida a realização de vistoria técnica.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A demanda da UFPR tem como base as seguintes características:

5.1.1 A presente contratação visa ao atendimento de suporte à demanda dos Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR lotados no interior do Paraná, subsidiando a realização dos exames laboratoriais. É responsabilidade do laboratório contratado dispor do material para a coleta, a coleta, a análise do material e a entrega do resultado, conforme condições constantes neste Estudo e no Termo de Referência.

5.1.2 Os serviços deverão ser prestados nos municípios de Jandaia do Sul, Palotina e Toledo, dos quais a disputa da licitação se dará em lotes, sendo um lote para cada localidade, contemplando o respectivo grupo de exames.

5.1.3 O prazo para a execução dos serviços será de 25 (vinte e cinco dias) a contar da formalização da contratação.

5.1.4 O serviço será coordenado pela USOC/UFPR.

5.1.5 Considerando que a contratação foi motivada pelo risco de comprometimento dos resultados dos exames laboratoriais durante o transporte das amostras, as coletas deverão ser realizadas nos municípios indicados, sendo preferível que as análises também ocorram nesses locais. Quando a análise for realizada fora do município de coleta, o transporte das amostras deverá observar os padrões sanitários previstos nas boas práticas para o transporte de material biológico humano (ANVISA – RDC nº 504, de 27 de maio de 2021), a fim de garantir a segurança do processo, minimizar riscos sanitários, preservar a integridade e estabilidade do material transportado, bem como assegurar a confiabilidade dos resultados laboratoriais. Nos termos da referida resolução, o prestador do serviço de transporte deverá cumprir integralmente os requisitos técnicos e legais previstos na legislação vigente, dispondo de infraestrutura adequada, bem como de equipe devidamente capacitada e treinada, sob supervisão técnica de profissional legalmente habilitado para a execução satisfatória das atividades. As instruções operacionais relacionadas ao transporte deverão ser padronizadas, formalizadas por escrito e disponibilizadas a todos os profissionais envolvidos no processo. O acondicionamento do material biológico humano deverá garantir a preservação de sua integridade e estabilidade durante todo o trajeto, assegurando, ainda, a segurança dos trabalhadores envolvidos, da população e do meio ambiente. Além disso, deverá ser mantido controle adequado de temperatura, de forma a assegurar a conservação das características biológicas das amostras durante o período estimado de transporte, usualmente entre 2° a 8°C considerando-se, inclusive, eventuais atrasos ou intercorrências no percurso.

Art. 10. O material biológico humano a ser transportado deve ser acondicionado de forma a preservar a sua integridade e estabilidade, bem como a segurança do pessoal envolvido, durante o processo de transporte.

I - embalagem primária, dotada de dispositivo que garanta vedação à prova de vazamento e impermeável para amostras líquidas, e no caso de amostras sólidas ou semi-sólidas, recipiente resistente dotado de mecanismo de fechamento que impeça o extravasamento do material; II - embalagem terciária rígida, resistente, de tamanho adequado ao material biológico transportado, e dotada de dispositivo de fechamento, observando-se que materiais laváveis e resistentes a desinfetantes podem ser reutilizáveis; e III - embalagem secundária de material resistente de forma a conter a embalagem primária, à prova de vazamento.

5.1.6 A presente contratação irá prever duas possibilidades de atendimento pelas empresas licitantes:

i. Para os Campi localizados nas cidades de Palotina e Jandaia do Sul:

- Para empresas instaladas nestas cidades será permitido que a coleta seja realizada diretamente na sede da empresa;
- Para empresas que não possuam instalação nas referidas cidades, a coleta deverá ser realizada dentro da UFPR;

ii. Para o Campus da UFPR na cidade de Toledo:

- Para empresas instaladas nesta cidade, as coletas deverão ser realizadas de forma dividida: parte ocorrerá na sede da empresa contratada e parte nas dependências do campus da universidade (2 vezes por semana).
- Para empresas que não possuam instalação na referida cidade, a coleta deverá ser realizada dentro da UFPR;

iii. A UFPR disponibilizará um espaço adequado para a realização da coleta dos exames, composto por

uma sala acessível, equipada com uma mesa e duas cadeiras. O ambiente deverá estar limpo e bem ventilado. Além disso, será designada equipe responsável pelo recebimento e pela distribuição dos frascos de coleta em cada campus das cidades envolvidas.

5.1.7 As datas de coleta dos exames serão acordadas entre o laboratório contratado e a unidade demandante e divulgadas previamente.

**Cronograma prévio para os atendimentos:**

Calendário de coleta				
Cidade	Data de início	Data final	Quantidade de dias para coleta no Laboratório	Datas de coleta no campus
Jandaia do Sul	03/08/2026	15/08/2026	12	
Palotina	03/08/2026	15/08/2026	12	
Toledo	03/08/2026	15/08/2026	12	4, 6, 11 e 13/08/2026

\*Datas sujeitas a alteração.

5.1.8 Os exames previstos para cada indivíduo serão realizados uma única vez, no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias a partir da emissão da nota de empenho, sendo 15 (quinze) dias corridos para a coleta do exame e 07 (sete) dias corridos para a entrega dos resultados.

5.1.9 Serão disponibilizados diversos dias de atendimento, a fim de possibilitar a participação de todos os servidores, inclusive daqueles em regime de trabalho remoto ou em afastamento por motivo de saúde ou férias. O período de disponibilidade para a realização das coletas será de 15 (quinze) dias corridos.

5.1.10 A CONTRATADA deverá fornecer todos os insumos e equipamentos necessários à perfeita realização do serviço.

5.1.11 Caberá a empresa contratada o fornecimento dos frascos de coleta, devendo estes serem entregues aos servidores em até 05 (cinco) dias úteis anteriores ao prazo previsto para a coleta dos exames.

5.1.12 Os resultados dos exames deverão ser emitidos no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após a data da coleta, e disponibilizados semanalmente, por lotes, via e-mail usoc@ufpr.br. Ao final das coletas, deverá ser apresentado relatório contendo o nome dos servidores participantes, o número de coletas realizadas e a quantidade de exames efetuados.

5.1.13 A CONTRATADA deverá seguir as diretrizes de Segurança do Trabalho do CONTRATANTE em todas as áreas operacionais onde o trabalho será desenvolvido.

5.1.14 A execução dos exames deve atender à Norma Regulamentadora nº 07 (NR 07), que dispõe sobre os procedimentos obrigatórios relacionados à segurança e à medicina do trabalho.

5.1.15 Os exames laboratoriais devem ser executados por laboratório que atenda ao disposto na RDC/ANVISA nº 978, de 06 de junho de 2025 e ANVISA-RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, no que se refere aos procedimentos de coleta, acondicionamento, transporte e análise, e interpretados com base nos critérios constantes nos Anexos da NR 07.

5.1.16 A Equipe de trabalho a ser empregada na realização dos exames deverá possuir capacidade técnica operacional comprovada na prestação do serviço, compatíveis com as características do objeto da licitação;

5.1.17 A empresa que executará os referidos exames deve possuir registro nos conselhos de classes competentes na jurisdição necessária para sua atuação, dentro do prazo de validade, bem como certidão do registro dos profissionais em seus respectivos conselhos de classe.

5.1.18 Para a realização dos serviços a empresa deverá apresentar documentação comprobatória de vínculo com os responsáveis técnicos:

i. A documentação que comprova os vínculos dos profissionais com a CONTRATADA poderá ser efetuada por: Contrato Social, se sócio, ou Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço, ou Ficha de Registro de Empregado, ou Certidão de Registro da CONTRATADA no Conselho de Classe, se nela constar o nome dos profissionais indicados;

ii. Em caso de não comprovação de vínculo empregatício, a CONTRATADA poderá apresentar, em substituição, um Termo de Compromisso, declarando que o(s) responsável(is) técnico(s) será(ão)

futuramente contratado(s) pela empresa para atuar(em) como responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços referentes ao objeto desta contratação, assinado conjuntamente pelo Representante Legal da CONTRATADA e pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) e cujo(s) vínculo(s) será(ão) posteriormente comprovado(s).

5.1.19 Para execução/prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, conforme requisitos técnicos estabelecidos.

5.1.20 Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, fretes, transportes, carga e descarga, garantia dos materiais e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

## 5.2 Da descrição dos serviços

5.2.1 A presente contratação irá prever duas possibilidades de atendimento pelos laboratórios contratados:

i. Para os Campi localizados nas cidades de Palotina e Jandaia do Sul:

- Para laboratórios instalados nestas cidades será permitido que a coleta seja realizada diretamente na sede da empresa;

- Para laboratórios que não possuam instalação nas referidas cidades, a coleta deverá ser realizada dentro da UFPR;

ii. Para o Campus da UFPR na cidade de Toledo:

- Para laboratório instalado nesta cidade, as coletas deverão ser realizadas de forma dividida: parte ocorrerá na sede do laboratório contratado e parte nas dependências do campus da universidade (2 vezes por semana).

- Para laboratórios que não possuam instalação na referida cidade, a coleta deverá ser realizada dentro da UFPR;

5.2.1.1 A localização dos Campi da Universidade estão descritas a seguir:

- Setor Palotina: Rua Pioneiro, 2153, CEP 8595-00 – Palotina PR

- Setor Jandaia do Sul: Rua João Maximiano, 420, CEP 86900-000, Jandaia do Sul PR

- Campus Toledo: Rodovia PR 182, S/N, Km 320/321. CEP 85919-899, Toledo PR

5.2.1.1.1 Quando as coletas dos exames forem realizadas nas dependências dos Campi da universidade, a UFPR disponibilizará um espaço adequado para a realização dos exames, composto por uma sala acessível, equipada com uma mesa e duas cadeiras. O ambiente deverá estar limpo e bem ventilado. Além disso, será designada equipe responsável pelo recebimento e pela distribuição dos frascos de coleta em cada campus das cidades envolvidas.

5.2.2 A execução do serviço de análises clínicas deverá seguir as diretrizes constantes nas resoluções da ANVISA RDC nº978, de 06 de junho de 2025; nº 504 de 27 de maio de 2021; nº 50 de 21 de fevereiro de 2002, e outras normativas pertinentes ao tema.

5.2.3 O serviço de laboratório clínico contratado deverá realizar os exames de análises clínicas, compreendendo a execução das fases pré-analítica, analítica e pós-analítica, conforme descrições a seguir:

## 5.3 Coleta do material biológico humano

a) Considerando que a contratação foi motivada pelo risco de comprometimento dos resultados dos exames laboratoriais durante o transporte das amostras, as coletas deverão ser realizadas nos municípios indicados, sendo preferível que as análises também ocorram nesses locais.

b) A coleta dos exames laboratoriais será realizada sob demanda.

c) A coleta dos exames laboratoriais deverá ser realizada no período da manhã.

d) A coleta dos exames laboratoriais deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial com foto.

e) A técnica de coleta deverá ser por meio de punção venosa, respeitando as normas de biossegurança.

## 5.4 Análise clínica dos exames laboratoriais

a) Deverão ser realizadas as análises dos seguintes exames: Hemograma com contagem de plaquetas; Perfil lipídico / lipidograma (lípidios totais, colesterol, triglicerídios e eletroforese lipoproteínas); Glicose; Hemoglobina glicada; Gama-GT; Creatinina; AST (TGO); ALT (TGP); Parcial de urina; TSH; T4 livre; PSA total; HbsAg; Anti Hbs; Anti HbC; Anti HCV; Pesquisa de sangue oculto nas fezes.

b) A contratante encaminhará, via e-mail, ao serviço contratado, a lista de servidores com a descrição dos exames laboratoriais a serem coletados, de acordo com o perfil de cada servidor.

## 5.5 Metodologia de análise do material biológico humano

5.5.1A análise dos exames laboratoriais deverá seguir a metodologia descrita:

Setor	Exame	Método
Hematologia	Hemograma com contagem de plaquetas	Deve realizar a contagem global das células sanguíneas, entre elas, série vermelha, série branca e plaquetas, pelo método da impedância elétrica e/ou óptico, e realizar a diferencial dos leucócitos em no mínimo 5 partes.
Bioquímica	Colesterol total	Sistema enzimático colorimétrico para a determinação quantitativa de colesterol total em amostras de soro, com reação de ponto final.
	Triglicerídeos	Sistema enzimático colorimétrico para a determinação quantitativa de triglicerídeos em amostras de soro, com reação de ponto final.
	Colesterol HDL	Sistema para determinação quantitativa da lipoproteína de alta densidade (HDL) em amostras de soro
	Colesterol LDL	Fórmula de Friedewald, $[LDL] = (CT - HDL) - (TG/5)$
	Glicose	Sistema enzimático para a determinação da glicose no sangue por método cinético ou de ponto final
	Hemoglobina glicada	Sistema para determinação quantitativa da Hemoglobina A1c (HbA1c) em amostras de sangue total e papa de hemácias. Método imunoturbidimetria. O método deve ser certificado pelo National Glycohemoglobin Standardization Program (NGSP), com rastreabilidade ao método de cromatografia líquida de alto desempenho (HPLC) utilizado no estudo 3 Diabetes Control and Complications Trial (DCCT).
	Gama-GT	Sistema para determinação quantitativa da atividade da Gama Glutamil Transferase (Gama GT) em soro por fotometria em modo cinético.
	Creatinina	Sistema para a determinação quantitativa da Creatinina em amostra de soro, plasma e urina por reação cinética de dois pontos.
	ALT	Sistema para a determinação da Alanina Amino Transferase (ALT) em modo cinético. Metodologia Cinética UV-IFCC.
	AST	Sistema para a determinação da aspartato aminotransferase (AST) em modo cinético. Metodologia Cinética UV-IFCC.
Urinalise	Parcial de urina	Análise semi-quantitativa através do princípio de reflectância, de no mínimo 10 parâmetros, entre eles: densidade, pH, glicose, corpos cetônicos, nitrito, sangue, leucócitos, bilirrubina, proteína e urobilinogênio. Análise microscópica do sedimento, com contagem dos elementos urinários observados (por mL ou por campo).
Imunologia	TSH	Dosagem quantitativa (imunoensaios) em amostras de soro.
	T4 livre	
	PSA total	
Serologia	Hbs Ag	



Sorologia	Anti Hbs	
	Anti HbC	
	Anti HCV	
Parasitologia	Pesquisa de sangue oculto	Determinação qualitativa de sangue oculto em fezes, método imunocromatografia.

## 5.6 Resultados dos exames de análises clínicas

5.6.1 Os resultados dos exames de análises clínicas deverão ser emitidos no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos após a data da coleta e disponibilizados semanalmente, por lotes, exclusivamente à USOC, por meio do endereço eletrônico institucional [usoc@ufpr.br](mailto:usoc@ufpr.br). Não será permitida a entrega direta dos resultados aos servidores examinados.

## 5.7 Do agendamento da coleta de exames

5.7.1 A empresa contratada deverá disponibilizar um ou mais canais de comunicação para realização do agendamento da coleta dos exames, bem como para prestação de orientações aos servidores acerca do preparo necessário para a realização dos exames laboratoriais.

## 5.8 Da proteção dos dados

5.8.1 A empresa contratada deverá adotar política de acesso e tratamento de dados e informações que assegure a proteção das informações pessoais e sensíveis dos servidores, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018.

## 5.9 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- a) A realização dos Exames Médicos Periódicos abrangerá todos os servidores ativos em exercício na UFPR, lotados nas localidades de Jandaia do Sul, Palotina e Toledo, bem como os nomeados exclusivamente para exercício de cargo em comissão, conforme disposto no art. 1º da Portaria SRH/MPOG nº 04/2009.
- b) Os procedimentos contratados serão realizados por demanda, conforme cronograma a ser definido pela Equipe da USOC.
- c) O quantitativo descrito neste estudo representa uma estimativa do número de servidores a ser convocado, considerando que a adesão do servidor ao programa possui caráter voluntário, não sendo obrigatória sua participação.
- d) A convocação dos servidores para a realização dos Exames Médicos Periódicos observará o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.856/2009.

5.9.1 Considerando a necessidade de deslocamento e a logística da equipe multidisciplinar para a realização presencial dos exames periódicos nos campi do interior, justifica-se a convocação de todos os servidores na região.

## 5.10 Materiais a serem disponibilizados

- a) Para a adequada execução dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à realização das coletas e análises, e promover a sua substituição sempre que necessário.
- b) A empresa contratada deverá fornecer os frascos apropriados para coleta de amostras de fezes e urina, os quais deverão ser entregues com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis em relação às datas programadas para a coleta, conforme quantitativo informado pela equipe de fiscalização do contrato.

## Especificação da garantia do serviço

5.11 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.12 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O gerenciamento dos saldos para a utilização pela UFPR da ata de registro de preços será responsabilidade da **Unidade de Saúde Ocupacional do Servidor - UFPR/PROGEPE/CAISS/USOC**.

6.2 A Ata de Registro de Preços e o contrato deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5 A UFPR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5.1 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6 A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8 A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.9.1 Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, no processo de compra será indicado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/bens, a cada empenho ou contrato gerado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 12, da Lei nº 14.133/2021.

### **Fiscalização Técnica**

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato ou a unidade responsável pelo

gerenciamento dos saldos da ata de registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou a unidade responsável pelo gerenciamento dos saldos da ata de registro de preços.

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato ou a unidade responsável pelo gerenciamento dos saldos da ata de registro de preços, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.19 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.20 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.21 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

### **Gestor do Contrato**

6.22 Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada

confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.23 Para o gerenciamento das atas de registro de preços aplicar-se-á no que couber o disposto nesta sessão.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados,
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a unidade de medida para faturamento e a mensuração do resultado, considerando a natureza dos serviços descritos neste termo de referência, sendo realizado o pagamento após o recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato.

### **Do recebimento**

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.1 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5.2 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5.3 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a realização dos serviços solicitados que efetivamente foram concluídos e recebidos pela equipe de fiscalização, conforme unidades de medida e rotinas dispostas neste instrumento.

7.7 Ao final de cada período de faturamento:

7.7.1 o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.13.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.13.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.13.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.17 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.18 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

7.21 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº

14.133, de 2021.

7.22 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.23 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.24 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.26 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.27 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.28 No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.29 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.30 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.31.1 Independentemente do percentual de tributo na nota fiscal, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.33 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/05/2026.

7.34 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.35 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.36 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.37 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s)

definitivo(s).

7.38 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.39 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.40 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **Cessão de crédito**

7.41 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.41.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.41.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.42 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (da fase da execução contratual)**

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**i. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**ii. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv. Multa, considerando os seguintes parâmetros:

ID	Falha apurada	Fundamento legal	Sanção	Multa
a)	Dar causa à inexecução parcial do objeto contratado por razões não contempladas nas demais sanções da presente tabela	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	De 0,5% a 20% do valor do serviço solicitado
b)	Recusar-se ou deixar de prestar parcela do Contrato na prestação dos serviços, nos prazos contratados	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	De 0,5% a 20% do valor do serviço solicitado
c)	Interromper a prestação dos serviços, após iniciada a execução dos mesmos	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	De 0,5% a 20% do valor do serviço solicitado
d)	Recusar-se ou deixar de atender solicitação formal da fiscalização do Contrato, ou deixar de cumprir normas internas da UFPR, necessários à boa execução contratual	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	De 0,5% a 20% do valor do serviço solicitado
e)	Deixar de ressarcir danos ao patrimônio da UFPR ou à integridade física ou patrimonial de terceiros, em decorrência de ação ou omissão durante a execução do Contrato	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Moratória de 0,2% por dia em que a falha persistir sobre o do valor do serviço solicitado, até o limite de 10%. Compensatória de até 10% do valor do valor do serviço solicitado, sem prejuízo das demais custas com o ressarcimento dos danos causados
f)	Entregar serviço com características diversas daquelas constantes no Edital de Licitação, recusando-se ou deixando de efetuar a substituição no prazo fixado pela UFPR	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Até 20% sobre o do valor do serviço solicitado
g)	Deixar de manter as condições de habilitação ou apresentar irregularidade no CADIN, após a homologação do certame licitatório inviabilizando	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Até 20% sobre o valor dos serviços que seriam contratados



	procedimentos específicos da UFPR, como a prorrogação contratual ou o registro de empenho			
h)	Recusar-se ou deixar de receber a nota de empenho referente à ata de registro de preços	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Até 20% sobre o valor dos serviços que seriam contratados
i)	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. II	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 1 ano	Agravada em 50% em relação à prevista para os casos de advertência
j)	Recusar-se ou deixar de fornecer serviço registrado em Ata de registro de preços	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 3 anos	Até 30% em relação ao valor total da ARP
k)	Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VII	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 2 anos	Até 10% em relação ao valor total da ARP
l)	Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
m)	Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
n)	Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IX	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes	Até 30% do valor total da ARP

			federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	
o)	Comportar-se de modo inidôneo	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
p)	Cometer fraude de qualquer natureza	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
q)	Omitir informações em notas fiscais	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
r)	Falsificar ou alterar notas fiscais	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
s)	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a	Até 30% do valor total da ARP

8.2.1. As sanções listadas na tabela acima não esgotam a possibilidade de enquadramento das condutas da Contratada nas infrações previstas nesta Seção, com a aplicação das penalidades cabíveis.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.6.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Grupo.

9.1.1 O modo de disputa será o Aberto, tendo como intervalo de lances para os itens em 0,25% do valor dos itens convertidos em moeda Real.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário.

### CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários, conforme tabela constante no título 1.1 deste Termo de Referência

### Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 9.5 Habilitação jurídica

**a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**g) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**h) Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 9.6 Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.6.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.6.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.6.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.6.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 9.7 Qualificação Econômico-Financeira

9.7.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

## 9.8 Qualificação Técnica

9.8.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.8.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**a) prestação de serviços de exames laboratoriais, compatível com o objeto desta licitação**, devendo constar ainda, se o fornecedor está cumprindo ou tenha cumprido o atendimento de modo satisfatório.

9.8.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.8.1.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.8.1.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.8.1.5 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora

**8.6.2 Alvará de licenciamento** (documento ou equivalente) **expedido pelo órgão sanitário competente**, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária (ANVISA-RDC nº 978, de 6 de junho de 2025);

**8.6.3 Certificação de Qualidade ou de Proficiência Clínico do Laboratório** (exemplo PNCQ ou outro equivalente) de acordo com a ANVISA-RDC nº 978, de 06 de junho de 2025.

**8.6.4 Indicação de responsável técnico** com habilitação de Farmacêutico Bioquímico ou Farmacêutico

Generalista (Farmacêutico formado de acordo com a Resolução CNE/CES 02 de 2002) ou a outro igualmente autorizado por lei. A comprovação de vínculo do profissional com a Contratante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de anuência deste.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.10 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.11 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.12 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.13 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.14 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.15 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.15.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.15.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.15.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.15.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.15.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.15.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **Dos Documentos necessários para assinatura da Ata de Registro de Preços**

9.16 Recomenda-se que os licitantes providenciem seu cadastro no sistema de processo eletrônico da UFPR, visando agilizar os trâmites para assinatura da ata de registro de preços (Anexo III do edital de licitação).

9.16.1. O cadastro deve ser feito pelo representante legal da empresa, no sítio [www.sei.ufpr.br/](http://www.sei.ufpr.br/), escolhendo a opção “Acesso Usuário Externo”.

9.16.2. A assinatura da ata de registro de preços (Anexo III do edital de licitação) poderá ser realizada através do Sistema de Processo Eletrônico da UFPR.

9.16.1. Não haverá envio de documentos por correio nas situações cuja assinatura da ata de registro de preços (Anexo III do edital de licitação) seja realizada através do Sistema de Processo Eletrônico da UFPR.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 99.333,66 (noventa e nove mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [linha “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice para a contratação; ou

10.2.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 As despesas advindas do presente pregão correrão por conta dos recursos consignados no orçamento próprio desta UFPR.

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas.

---

### **ANEXO A**

#### **REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO**

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

### **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1 O adjudicatário terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato - Nota de Empenho, constante deste Anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3 O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 A Nota de Empenho substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (**Anexo B**).

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1 São obrigações do Contratante:

3.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

3.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.5 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

3.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.14 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.16 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.17 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



#### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Manter preposto ou representante aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

4.1.2 A indicação ou a manutenção do preposto ou representante da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

4.1.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.1.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

4.1.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, observando também as seguintes resoluções da ANVISA: RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002; RDC nº 504, de 27 de maio de 2021; RDC nº 978, de 6 de junho de 2025.

4.1.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.22 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.23 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

4.1.24 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

4.1.25 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.1.26 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.1.27 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.28 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.29 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.30 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.31 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.32 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.33 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.34 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.35 Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.1.36 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

## **5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

5.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

- 5.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 5.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 5.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 5.6 É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 5.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 5.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 5.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 5.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 5.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 5.11 O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 5.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 6.1 A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 6.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 6.3 Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - b) poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 6.4 A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 6.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 6.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 6.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 6.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 6.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 6.5.3 Indenizações e multas.
- 6.6 A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-

financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7 A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 7. DOS CASOS OMISSOS

7.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 8. ALTERAÇÕES

8.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5 Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 9. FORO

9.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná / Subseção Judiciária de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

---

### ANEXO B

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, .....(*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital do Pregão Eletrônico nº 90.038/2026*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico nº 90.038/2026*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

**ANEXO C**  
**MODELO DE PROPOSTA**

PROCESSO Nº 23075.0000/20xx-xx  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.038/2026 - UFPR (UASG 153079)

<b>Dados da Empresa:</b>	(CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, nome do responsável pela assinatura da ata, número de telefone, fixo e/ou celular)
<b>Dados para Pagamento:</b>	(Banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento)

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01				
02				
03				
(...)				

**Do Detalhamento dos Custos de Fornecimento:**

Item	Descrição	%Frete	% Impostos e Tributos	%Custos Indiretas e Lucro
01				
02				
03				
04				
(...)				

**Da forma de Entrega da Garantia do Contrato:**

- ( x ) Não se aplica (Não há exigência de garantia contratual)
- ( ) Seguro Garantia (nos termos do § 3º do art. 96 Da Lei 14.133/2021)
- ( ) Caução em Dinheiro
- ( ) Títulos da Dívida Publica
- ( ) Fiança Bancária

- *Validade da proposta: 90 (noventa) dias.*
- *Neste preço estão incluídas todas as despesas com frete, impostos e outros.*

Local e data.

Assinatura do Responsável

**ANEXO D**  
**MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO</b>			
Nº da OS/OFB	xxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
<b>ÁREA REQUISITANTE</b>			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>		
E-mail	xxxxx	Telefone	xxxxxxxx

2 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...
Valor total estimado da OS					

<b>3 - &lt;INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES&gt; COMPLEMENTARES</b>
<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB>
<Ex.: nome do responsável pelo recebimento>
<Ex.: endereço para entrega>
<Ex.: Horários para entrega>
<Ex.: Prazo máximo para o recebimento>

**ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

## **Estudo Técnico Preliminar**

### **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços e exames laboratoriais de saúde, para a realização dos Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR nos Campi do interior do Paraná**

#### **1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Processo: 23075.020416/2026-13

#### **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Universidade Federal do Paraná (UFPR), através da Unidade de Saúde Ocupacional do Servidor (USOC) vinculada à Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde do Servidor (CAISS), é responsável por promover a saúde ocupacional dos servidores ativos e prevenir agravos de saúde e atividades correlatas.

O Exame Médico Periódico foi estabelecido no artigo 206-A da Lei 8.112, sendo regulamentado pelo Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 e pela Portaria Normativa SRH nº 04, de 15 de setembro de 2009, constituindo um direito do servidor público. A prática está em consonância com o Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) criado no mesmo ano, o qual tem como objetivo estruturar e conduzir as ações e programas de assistência à saúde de todos os servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Conforme estabelecido pelo Governo Federal, essas diretrizes fundamentam-se nas políticas de saúde e segurança no trabalho, com foco na promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos trabalhadores. Nesse contexto, a realização dos Exames Médicos Periódicos tem como objetivo principal a preservação da saúde dos servidores, por meio de avaliação clínica e da detecção precoce de agravos à saúde, mediante a realização de exames clínicos, laboratoriais e complementares, quando necessários, considerando os fatores de risco aos quais os servidores possam estar expostos no exercício de suas atividades laborais.

Além disso, os Exames Médicos Periódicos constituem importante ferramenta para a promoção da saúde e prevenção de doenças e acidentes no ambiente de trabalho, permitindo também a identificação de alterações na saúde dos servidores, relacionadas ou não às atividades desempenhadas.

Considerando a diversidade de atividades laborais desenvolvidas no âmbito da UFPR, bem como o perfil de saúde dos servidores, especialmente em relação à faixa etária e ao histórico de saúde, evidencia-se a necessidade da realização de exames de diferentes naturezas, a fim de atender adequadamente às especificidades de cada grupo ocupacional.

A realização desses exames é essencial para a atuação da Unidade, pois possibilita a coleta e análise de informações relevantes sobre a saúde dos servidores, subsidiando ações de prevenção de doenças relacionadas ao trabalho, a elaboração do perfil epidemiológico institucional e o desenvolvimento de estratégias voltadas à promoção da saúde e à melhoria da qualidade de vida no ambiente laboral.

O serviço a ser contratado subsidiará a realização dos Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR lotados nos campi localizados no interior do Estado do Paraná, contribuindo para que a Instituição mantenha conformidade com os órgãos reguladores, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Organização Mundial da Saúde e Auditorias Ambientais, bem como com as normativas relacionadas à biossegurança, saúde e segurança no trabalho.

Ressalta-se que a contratação de laboratórios de análises clínicas localizados nas regiões em que a UFPR possui unidades no interior do Estado se faz necessária, tendo em vista que o Laboratório Escola de Análises Clínicas (LEAC) da UFPR não dispõe de estrutura operacional para atendimento nessas localidades. Tal limitação decorre de fatores logísticos e da necessidade de garantir a segurança no transporte, da minimização de riscos sanitários e da preservação da integridade do material biológico humano.

Diante do exposto, busca-se a solução de mercado por meio da contratação de empresa especializada na prestação de serviços laboratoriais, para a realização de Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR nos campi do interior do Paraná, assegurando qualidade, confiabilidade e segurança nos resultados dos exames, além de contribuir para a redução de custos institucionais relacionados a deslocamentos e pagamento de diárias.

A decisão pela execução indireta dos serviços se justifica por se tratar de atividade especializada, cujo

escopo não integra o rol de atribuições dos servidores da instituição, além de se tratar de atividade acessória, conforme classificação do Decreto 9.507/2018.

Para a presente contratação foram observados os princípios da padronização, conforme previsto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, no entanto, até o presente momento, não foram produzidos estudos ou catálogos pelo governo federal que sejam compatíveis com o objeto pretendido.

A partir das informações levantadas, pode-se classificar os serviços pretendidos como comuns, nos termos do Art. 6º da Lei 14.133/2021.

A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.1 Normas disciplinares dos serviços

Os serviços a serem contratados são disciplinados pelos seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal de 1988.
- Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas regulamentadoras.
- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a Execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, que regulamenta o art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990- Regime Jurídico Único, dispondo sobre os Exames Médicos Periódicos de servidores.
- Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA-RDC nº 978, de 6 de junho de 2025, que dispõe sobre o funcionamento de Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC).
- Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA-RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre as boas práticas para o transporte de material biológico humano.
- Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA-RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

2.2 Análise do Histórico da Prestação dos Serviços

A UFPR contrata os serviços de suporte à demanda de Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR no interior do Paraná, para subsidiar a realização dos exames laboratoriais, sendo de responsabilidade do laboratório contratado, o material para a coleta, a coleta, a análise do material e a entrega do resultado, conforme condições constantes neste Estudo e no Termo de Referência.

Nos anos de 2024 e 2025 foram convocados todos os servidores, e os serviços de exames de análises clínicas foram atendidos por contratação direta, conforme os respectivos processos 23075.055155/2024-91, 23075.023198/2025-98 e 23075.045123/2025-68.

Em 2023 foram convocados os servidores com idade superior a 45 anos, e o serviço de laboratório também foi executado por meio de contratação direta (processo 23075.057387/2023-01).

No ano de 2022 foram convocados todos os servidores, sendo o serviço prestado pelo LEAC.

Das especificações dos serviços contratados anteriormente:

			2025	2024
--	--	--	------	------



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Todos os servidores		Todos os servidores	
			Nº servidores	Quantidade exames	Nº servidores	Quantidade exames
1	Exames laboratoriais de análises clínicas Jandaia do Sul	Serviço	43	479	44	490
2	Exames laboratoriais de análises clínicas Palotina	Serviço	125	1440	81	781
3	Exames laboratoriais de análises clínicas Toledo	Serviço	20	244	15	185

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	2023 (>45 anos)		2022 Todos os servidores	
			Nº servidores	Quantidade exames	Nº servidores	Quantidade exames
1	Exames laboratoriais de análises clínicas Jandaia do Sul	Serviço	27	299	27	311
2	Exames laboratoriais de análises clínicas Palotina	Serviço	62	708	50	649
3	Exames laboratoriais de análises clínicas Toledo	Serviço	07	90	14	167

### 3. ÁREA REQUISITANTE

**Setor requisitante:** Unidade de Saúde Ocupacional do Servidor (USOC)

**Responsável pela demanda:** Eva Márcia Esser Leão Vieira

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1 A demanda da UFPR tem como base as seguintes características:

a) A presente contratação visa ao atendimento de suporte à demanda dos Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR lotados no interior do Paraná, subsidiando a realização dos exames laboratoriais. É responsabilidade do laboratório contratado dispor do material para a coleta, a análise do material e a entrega do resultado, conforme condições constantes neste Estudo e no Termo de Referência.

b) Os serviços deverão ser prestados nos municípios de Jandaia do Sul, Palotina e Toledo, dos quais a disputa da licitação se dará em lotes, sendo um lote para cada localidade, contemplando o respectivo grupo de exames.

c) O prazo para a execução dos serviços será de 25 (vinte e cinco) dias a contar da formalização da contratação.

d) O serviço será coordenado pela USOC/UFPR.

e) Considerando que a contratação foi motivada pelo risco de comprometimento dos resultados dos exames laboratoriais durante o transporte das amostras, as coletas deverão ser realizadas nos municípios indicados, sendo preferível que as análises também ocorram nesses locais. Quando a análise for realizada fora do município de coleta, o transporte das amostras deverá observar os padrões sanitários previstos nas boas práticas para o transporte de material biológico humano (ANVISA – RDC nº 504, de 27 de maio de 2021), a fim de garantir a segurança do processo, minimizar riscos sanitários, preservar a integridade e estabilidade do material transportado, bem como assegurar a confiabilidade dos resultados laboratoriais. Nos termos da referida resolução, o prestador do serviço de transporte deverá cumprir integralmente os requisitos técnicos e legais previstos na legislação vigente, dispondo de infraestrutura adequada, bem como de equipe devidamente capacitada e treinada, sob supervisão técnica de profissional legalmente habilitado para a execução satisfatória das atividades. As instruções operacionais relacionadas ao transporte deverão ser padronizadas, formalizadas por escrito e disponibilizadas a todos os profissionais envolvidos no processo. O acondicionamento do material biológico humano deverá garantir a preservação de sua integridade e estabilidade durante todo o trajeto, assegurando, ainda, a segurança dos trabalhadores envolvidos, da população e do meio ambiente. Além disso, deverá ser mantido controle adequado de temperatura, de forma a assegurar a conservação das características biológicas das amostras durante o período estimado de transporte, usualmente entre 2° a 8°C considerando-se, inclusive, eventuais atrasos ou intercorrências no percurso.

Art. 10. O material biológico humano a ser transportado deve ser acondicionado de forma a preservar a sua integridade e estabilidade, bem como a segurança do pessoal envolvido, durante o processo de transporte.

I - embalagem primária, dotada de dispositivo que garanta vedação à prova de vazamento e impermeável para amostras líquidas, e no caso de amostras sólidas ou semi-sólidas, recipiente resistente dotado de mecanismo de fechamento que impeça o extravasamento do material; II - embalagem terciária rígida, resistente, de tamanho adequado ao material biológico transportado, e dotada de dispositivo de fechamento, observando-se que materiais laváveis e resistentes a desinfetantes podem ser reutilizáveis; e III - embalagem secundária de material resistente de forma a conter a embalagem primária, à prova de vazamento.

f) A presente contratação irá prever duas possibilidades de atendimento pelos laboratórios contratados:

i. Para os Campi localizados nas cidades de Palotina e Jandaia do Sul:

• Para laboratórios instalados nestas cidades será permitido que a coleta seja realizada diretamente na sede da empresa;

• Para laboratórios que não possuam instalação nas referidas cidades, a coleta deverá ser realizada dentro da UFPR;

ii. Para o Campus da UFPR na cidade de Toledo:

• Para laboratórios instalados nesta cidade, as coletas deverão ser realizadas de forma dividida: parte ocorrerá na sede do laboratório contratado e parte nas dependências do campus da universidade (2 vezes por semana).

• Para laboratórios que não possuam instalação na referida cidade, a coleta deverá ser realizada dentro da UFPR;

A UFPR disponibilizará um espaço adequado para a realização da coleta dos exames, composto por uma sala acessível, equipada com uma mesa e duas cadeiras. O ambiente deverá estar limpo e bem ventilado. Além disso, será designada equipe responsável pelo recebimento e pela distribuição dos frascos de coleta em cada campus das cidades envolvidas.

g) As datas de coleta dos exames serão acordadas entre o laboratório contratado e a unidade demandante e divulgadas previamente.

**Cronograma prévio para os atendimentos:**

Calendário de coleta
----------------------

Cidade	Data de início	Data final	Quantidade de dias para coleta no Laboratório	Datas de coleta no campus
<b>Jandaia do Sul</b>	03/08/2026	15/08/2026	12	
<b>Palotina</b>	03/08/2026	15/08/2026	12	
<b>Toledo</b>	03/08/2026	15/08/2026	12	4, 6, 11 e 13/08/2026

\*Datas sujeitas a alteração.

h) Os exames previstos para cada indivíduo serão realizados uma única vez, no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias a partir da emissão da nota de empenho, sendo 15 (quinze) dias corridos para a coleta do exame e 07 (sete) dias corridos para a entrega dos resultados.

i) Serão disponibilizados diversos dias de atendimento, a fim de possibilitar a participação de todos os servidores, inclusive daqueles em regime de trabalho remoto ou em afastamento por motivo de saúde ou férias. O período de disponibilidade para a realização das coletas será de 15 (quinze) dias corridos.

j) A CONTRATADA deverá fornecer todos os insumos e equipamentos necessários à perfeita realização do serviço.

k) Caberá a empresa contratada o fornecimento dos frascos de coleta, devendo estes serem entregues aos servidores em até 05 (cinco) dias úteis anteriores ao prazo previsto para a coleta dos exames.

l) Os resultados dos exames deverão ser emitidos no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após a data da coleta, e disponibilizados semanalmente, por lotes, via e-mail [usoc@ufpr.br](mailto:usoc@ufpr.br). Ao final das coletas deverá ser apresentado relatório contendo o nome dos servidores participantes, o número de coletas realizadas e a quantidade de exames efetuados.

m) A CONTRATADA deverá seguir as diretrizes de Segurança do Trabalho do CONTRATANTE em todas as áreas operacionais onde o trabalho será desenvolvido.

n) A execução dos exames deve atender à Norma Regulamentadora nº 07 (NR 07), que dispõe sobre os procedimentos obrigatórios relacionados à segurança e à medicina do trabalho.

o) Os exames laboratoriais devem ser executados por laboratório que atenda ao disposto na RDC/ANVISA nº 978, de 6 de junho de 2025 e ANVISA-RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, no que se refere aos procedimentos de coleta, acondicionamento, transporte e análise, e interpretados com base nos critérios constantes nos Anexos da NR 07.

p) A Equipe de trabalho a ser empregada na realização dos exames deverá possuir capacidade técnica operacional comprovada na prestação do serviço, compatíveis com as características do objeto da licitação.

q) A empresa que executará os referidos exames deve possuir registro nos conselhos de classes competentes na jurisdição necessária para sua atuação, dentro do prazo de validade, bem como certidão do registro dos profissionais em seus respectivos conselhos de classe.

r) Para a realização dos serviços a empresa deverá apresentar documentação comprobatória de vínculo com os responsáveis técnicos:

i. A documentação que comprova os vínculos dos profissionais com a CONTRATADA poderá ser efetuada por: Contrato Social, se sócio, ou Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço, ou Ficha de Registro de Empregado, ou Certidão de Registro da CONTRATADA no Conselho de Classe, se nela constar o nome dos profissionais indicados;

ii. Em caso de não comprovação de vínculo empregatício, a CONTRATADA poderá apresentar, em substituição, um Termo de Compromisso, declarando que o(s) responsável(is) técnico(s) será(ão) futuramente contratado(s) pela empresa para atuar(em) como responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços referentes ao objeto desta contratação, assinado conjuntamente pelo Representante Legal da CONTRATADA e pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) e cujo(s) vínculo(s) será(ão) posteriormente comprovado(s).

s) Para execução/prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, conforme requisitos técnicos estabelecidos.

t) Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, fretes, transportes, carga e descarga, garantia dos materiais e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

u) Os serviços têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e

qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **4.2 Para atendimento das condições de habilitação, a empresa deverá apresentar:**

### **4.2.1 Da Habilitação Técnica**

- a) Alvará de licenciamento (documento ou equivalente) expedido pelo órgão sanitário competente, que autoriza o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária (ANVISA-RDC nº 978, de 6 de junho de 2025);
- b) Declaração ou Atestados de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução dos serviços de exames compatíveis com o objeto;
- c) Indicação de responsável técnico com habilitação de Farmacêutico Bioquímico ou Farmacêutico Generalista (Farmacêutico formado de acordo com a Resolução CNE/CES 02 de 2002) ou a outro igualmente autorizado por lei. A comprovação de vínculo do profissional com a Contratante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de anuência deste;
- d) Certificação de Qualidade ou de Proficiência Clínico do Laboratório (exemplo PNCQ ou outro equivalente) de acordo com a ANVISA-RDC nº 978, de 6 de junho de 2025.

### **4.2.2 Da Qualificação Econômico-Financeira**

Para a comprovação das condições de qualificação econômico-financeira será exigido somente a certidão negativa de falência, ficando dispensadas as apresentações de balanço patrimonial e demais demonstrativos contábeis.

Esta decisão encontra amparo no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, considerando que as contratações ocorrerão de forma pontual, cujas entregas se darão de forma imediata, observada a definição do art. 6º, inciso X do mesmo dispositivo legal. Foi verificado que a presente contratação possui baixa complexidade operacional e um grau de risco pequeno de falhas de execução, e ainda, que os pagamentos somente ocorrerão após a execução das parcelas dos serviços executados, desta forma a dispensa de apresentação do balanço patrimonial visa trazer celeridade e ampliação da competitividade ao certame licitatório.

## **4.3 Critérios e práticas de sustentabilidade**

Com relação a prestação dos serviços, foi observado as disposições do Guia de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª Edição, bem como os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber. A licitante deverá estar alinhada com os critérios e práticas de sustentabilidade, observando o Plano de Logística Sustentável da UFPR:

Deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, especialmente no que se refere a:

- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução do serviço, visando a proteção à segurança e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
- Seguir as normativas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Observar a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde: Resolução n. 358/2005-CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada ANVISA RDC 222/2018.

## **4.4 Do Seguro Garantia**

Não será aplicada a previsão de garantia, nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, dado que não foram identificados riscos ou prejuízos à prestação dos serviços que necessitem de calços financeiros.

#### **4.5 Da Subcontratação**

Não será permitida a subcontratação do objeto.

#### **4.6 Da Participação De Consórcio Ou Cooperativa**

- a) Será admitida a participação de empresas consorciadas na presente contratação.
- a) Será permitida a participação de Cooperativas.

#### **4.7 Vedação da participação de pessoas físicas**

Considerando a necessidade de estrutura física indispensável para a entrega da prestação de serviços, não será permitida a participação de pessoas físicas, com fulcro no Parágrafo único, do art. 4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021.

#### **4.8 Da não aplicabilidade a participação exclusiva de Microempresas (ME)/Empresas de Pequeno Porte (EPP), de que trata o Art. 49 da Lei nº 123/2006:**

Em atenção às disposições dos incisos II e III do art. 49 da Lei nº 123/2006, verifica-se que, nas cidades onde os serviços serão prestados, há um número bastante reduzido de empresas com código de atividade compatível com o objeto da licitação. Dentre estas, o contingente de empresas que efetivamente participam de certames licitatórios é ainda menor, não sendo possível identificar, por meio do Sistema de Cadastro de Fornecedores, o mínimo de três participantes.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Dessa forma, ao se prever a ampla concorrência, mitigam-se os riscos de insucesso do processo de disputa e amplia-se a possibilidade de participação de empresas de outras regiões que disponham de estrutura compatível para a prestação dos serviços, conforme os termos do ato convocatório. No entanto, serão respeitadas as disposições dos arts. 45 e 47 da Lei nº 123/2006, que define o tratamento diferenciado e os critérios de desempate, e observando os itens 4.1 e 4.5 deste Estudo:

#### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

O presente modelo de contratação não apresenta inovação em relação às práticas de mercado, uma vez que diversas instituições públicas já adotam essa alternativa para a prestação de serviços relacionados à realização de Exames Médicos Periódicos de seus servidores.

Entre as possíveis soluções identificadas para o atendimento da demanda apresentada, observou-se o disposto no Art. 206-A da Lei nº 8.112/90, o qual prevê que a União, suas entidades autárquicas e fundacionais poderão planejar e executar os Exames Médicos Periódicos a seus servidores de forma:

- i. direta, utilizando sua força própria de trabalho e capacidade logística e operacional;
- ii. por meio de convênios ou instrumentos de cooperação técnica com outros órgãos da Administração Pública Federal;
- iii. mediante convênio com operadoras de planos de assistência à saúde organizadas na modalidade de autogestão e;
- iv. mediante contrato administrativo, observando os dispostos legais.

Considerando as limitações logísticas e a atual estrutura da UFPR para o atendimento das demandas de Exames Médicos Periódicos nos campi localizados no interior do Paraná, não se mostra viável a prestação direta destes serviços pela própria instituição nas localidades. Tal inviabilidade decorre da inadequação da estrutura existente, pelas seguintes razões:

### **Condições de transporte do material biológico:**

- i. A operação de transporte do material biológico seria realizada com veículos da frota da Universidade, os quais não possuem autorização do órgão de vigilância sanitária competente para o transporte de materiais dessa natureza;
- ii. O material biológico seria acondicionado em caixas térmicas com bobinas reutilizáveis (gelox), sem garantir a manutenção da temperatura entre 2°C e 8°C ao longo de todo o trajeto, especialmente diante de eventuais atrasos ou imprevistos;
- iii. O transporte seria realizado por motorista terceirizado, sem habilitação técnica para o manejo de material biológico. De acordo com a Resolução da ANVISA RDC nº 504/2021, todo o pessoal envolvido em cada etapa do transporte de material biológico humano deve receber treinamento específico e regular, compatível com a função desempenhada e a natureza do material transportado.

### **Transporte diário do material biológico coletado ao LEAC:**

- i. Os materiais biológicos coletados nos campi do interior precisariam ser transportados ao laboratório no mesmo dia da coleta para a realização das análises, o que implica aumento de custos com deslocamentos, considerando que o programa de coleta nos campi do interior tem duração média de duas a três semanas.

### **Processo analítico do material biológico:**

- i. A necessidade de analisar o material biológico no mesmo dia da coleta excede a jornada diária dos servidores do laboratório, ocasionando sobrecarga de trabalho, uma vez que as amostras coletadas pela manhã percorrem, em média, 8 (oito) horas até o destino final (LEAC), momento em que se inicia a análise do material biológico.

### **Deslocamento da equipe do LEAC:**

- i. O deslocamento de servidores da Universidade para setores fora de sua lotação não é obrigatório. A realização de coletas de exames laboratoriais nos campi do interior implicaria custos adicionais com diárias e passagens, além de exigir a recomposição do quadro de pessoal. Ademais, o número de servidores lotados no laboratório não é suficiente para atender à demanda.

### **Necessidade de aquisição de câmara para acondicionamento de amostras:**

- i. Uma das alternativas de mercado para adequar as condições de acondicionamento do material biológico seria a aquisição de uma câmara portátil (geladeira) com bateria, capaz de manter a temperatura adequada do material durante todo o deslocamento até o destino final. No entanto, essa solução apresenta custo elevado e não resolve as demais questões, como a necessidade de pessoal treinado para o transporte, veículos legalmente licenciados e a logística completa do processo de coleta até a análise no destino final, o que demandaria aumento do quadro de pessoal.

Para atender a demanda por meio de convênios ou instrumentos de cooperação técnica com outros órgãos da Administração Pública Federal, constatou-se que apenas a cidade de Toledo conta com um hospital (Hospital Regional de Toledo) que mantém termo de parceria com a UFPR, atuando como Hospital-Escola e apoiando as práticas de ensino do curso de Medicina do Campus Toledo. Contudo, até o momento, o referido termo de cooperação não prevê a utilização do hospital para a realização dos Exames Médicos Periódicos da UFPR.

Além disso, a equipe de planejamento não identificou nenhuma possibilidade de atendimento por meio de convênios com operadoras de planos de saúde na modalidade de autogestão.

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços e realização de exames laboratoriais de saúde, para os Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR nos campi do interior do Paraná, é a solução que melhor atende às necessidades institucionais, apresentando-se como a alternativa mais viável em termos de eficiência e economicidade.

Para a licitação, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços encontra respaldo nos incisos II e V do art. 3º do Decreto 11.462/2023. Essa opção se justifica pelas características do objeto, pela conveniência de contratar serviços com entregas parceladas e pela impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato demandado pela Administração. Além disso, essa modalidade facilita o planejamento orçamentário das unidades, permitindo uma aplicação mais eficiente dos recursos ao longo do exercício.

## 6. DESCRITIVO DA SOLUÇÃO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços e realização de exames laboratoriais de saúde, para os Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR nos campi do interior do Paraná, com o objetivo de instituir uma Ata de Registro de Preços, nos termos das condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

### 6.1 Da descrição dos serviços

a) A presente contratação irá prever duas possibilidades de atendimento pelos laboratórios contratados:

i. Para os Campi localizados nas cidades de Palotina e Jandaia do Sul:

· Para laboratórios instalados nestas cidades será permitido que a coleta seja realizada diretamente na sede da empresa;

· Para laboratórios que não possuam instalação nas referidas cidades, a coleta deverá ser realizada dentro da UFPR;

ii. Para o Campus da UFPR na cidade de Toledo:

· Para laboratório instalado nesta cidade, as coletas deverão ser realizadas de forma dividida: parte ocorrerá na sede do laboratório contratado e parte nas dependências do campus da universidade (2 vezes por semana).

· Para laboratórios que não possuam instalação na referida cidade, a coleta deverá ser realizada dentro da UFPR;

b) A execução do serviço de análises clínicas deverá seguir as diretrizes constantes nas resoluções da ANVISA RDC nº978, de 6 de junho de 2025; nº 504 de 27 de maio de 2021; nº 50 de 21 de fevereiro de 2002, e outras normativas pertinentes ao tema.

c) O serviço de laboratório clínico contratado deverá realizar os exames de análises clínicas, compreendendo a execução das fases pré-analítica, analítica e pós-analítica, conforme descrições a seguir:

#### 6.1.1 Coleta do material biológico humano

a) Considerando que a contratação foi motivada pelo risco de comprometimento dos resultados dos exames laboratoriais durante o transporte das amostras, as coletas deverão ser realizadas nos municípios indicados, sendo preferível que as análises também ocorram nesses locais.

b) A coleta dos exames laboratoriais será realizada sob demanda.

c) A coleta dos exames laboratoriais deverá ser realizada no período da manhã.

d) A coleta dos exames laboratoriais deverá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial com foto.

e) A técnica de coleta deverá ser por meio de punção venosa, respeitando as normas de biossegurança.

#### 6.1.2 Análise clínica dos exames laboratoriais

a) Deverão ser realizadas as análises dos seguintes exames: Hemograma com contagem de plaquetas; Perfil lipídico/lipidograma (lipídios totais, colesterol, triglicerídeos e eletroforese lipoproteínas); Glicose; Hemoglobina glicada; Gama-GT; Creatinina; AST (TGO); ALT (TGP); Parcial de urina; TSH; T4 livre; PSA total; HbsAg; AntiHbs; AntiHbC; Anti HCV; Pesquisa de sangue oculto nas fezes.

b) A contratante encaminhará, via e-mail, ao serviço contratado, a lista de servidores com a descrição dos exames laboratoriais a serem coletados, de acordo com o perfil de cada servidor.

#### 6.1.3 Metodologia de análise do material biológico humano

A análise dos exames laboratoriais deverá seguir a metodologia descrita:

Setor	Exame	Método
-------	-------	--------

Hematologia	Hemograma com contagem de plaquetas	Deve realizar a contagem global das células sanguíneas, entre elas, série vermelha, série branca e plaquetas, pelo método da impedância elétrica e/ou óptico, e realizar a diferencial dos leucócitos em no mínimo 5 partes.
Bioquímica	Colesterol total	Sistema enzimático colorimétrico para a determinação quantitativa de colesterol total em amostras de soro, com reação de ponto final.
	Triglicerídeos	Sistema enzimático colorimétrico para a determinação quantitativa de triglicerídeos em amostras de soro, com reação de ponto final.
	Colesterol HDL	Sistema para determinação quantitativa da lipoproteína de alta densidade (HDL) em amostras de soro
	Colesterol LDL	Fórmula de Friedewald, $[LDL] = (CT - HDL) - (TG/5)$
	Glicose	Sistema enzimático para a determinação da glicose no sangue por método cinético ou de ponto final
	Hemoglobina glicada	Sistema para determinação quantitativa da Hemoglobina A1c (HbA1c) em amostras de sangue total e papa de hemácias. Método imunoturbidimetria. O método deve ser certificado pelo National Glycohemoglobin Standardization Program (NGSP), com rastreabilidade ao método de cromatografia líquida de alto desempenho (HPLC) utilizado no estudo 3 Diabetes Control and Complications Trial (DCCT).
	Gama-GT	Sistema para determinação quantitativa da atividade da Gama Glutamil Transferase (Gama GT) em soro por fotometria em modo cinético.
	Creatinina	Sistema para a determinação quantitativa da Creatinina em amostra de soro, plasma e urina por reação cinética de dois pontos.
	ALT	Sistema para a determinação da Alanina Amino Transferase (ALT) em modo cinético. Metodologia Cinética UV-IFCC.
	AST	Sistema para a determinação da aspartato aminotransferase (AST) em modo cinético. Metodologia Cinética UV-IFCC.
Urinalise	Parcial de urina	Análise semi-quantitativa através do princípio de reflectância, de no mínimo 10 parâmetros, entre eles: densidade, pH, glicose, corpos cetônicos, nitrito, sangue, leucócitos, bilirrubina, proteína e urobilinogênio. Análise microscópica do sedimento, com contagem dos elementos urinários observados (por mL ou por campo).
Imunologia	TSH	Dosagem quantitativa (imunoensaios) em amostras de soro.
	T4 livre	
	PSA total	
Sorologia	Hbs Ag	
	Anti Hbs	
	Anti HbC	
	Anti HCV	
Parasitologia	Pesquisa de sangue oculto	Determinação qualitativa de sangue oculto em fezes, método imunocromatografia.

#### 6.1.4 Resultados dos exames de análises clínicas

Os resultados dos exames de análises clínicas deverão ser emitidos no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos após a data da coleta e disponibilizados semanalmente, por lotes, exclusivamente à USOC, por meio do endereço eletrônico institucional [usoc@ufpr.br](mailto:usoc@ufpr.br). Não será permitida a entrega direta dos resultados aos servidores examinados.

#### 6.1.5 Do agendamento da coleta de exames

A empresa contratada deverá disponibilizar um ou mais canais de comunicação para realização do agendamento da coleta dos exames, bem como para prestação de orientações aos servidores acerca do preparo necessário para a realização dos exames laboratoriais.



### 6.1.6 Da proteção dos dados

A empresa contratada deverá adotar política de acesso e tratamento de dados e informações que assegure a proteção das informações pessoais e sensíveis dos servidores, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018.

### 6.1.7 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) A realização dos Exames Médicos Periódicos abrangerá todos os servidores ativos em exercício na UFPR, lotados nas localidades de Jandaia do Sul, Palotina e Toledo, bem como os nomeados exclusivamente para exercício de cargo em comissão, conforme disposto no art. 1º da Portaria SRH/MPOG nº 04/2009.

b) Os procedimentos contratados serão realizados por demanda, conforme cronograma a ser definido pela Equipe da USOC.

c) O quantitativo descrito neste estudo representa uma estimativa do número de servidores a ser convocado, considerando que a adesão do servidor ao programa possui caráter voluntário, não sendo obrigatória sua participação.

d) A convocação dos servidores para a realização dos Exames Médicos Periódicos observará o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.856/2009.

6.1.7.1 Considerando a necessidade de deslocamento e a logística da equipe multidisciplinar para a realização presencial dos Exames Médicos Periódicos nos campi do interior, justifica-se a convocação de todos os servidores na região.

### 6.1.8 Materiais a serem disponibilizados

a) Para a adequada execução dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à realização das coletas e análises, e promover a sua substituição sempre que necessário.

b) A empresa contratada deverá fornecer os frascos apropriados para coleta de amostras de fezes e urina, os quais deverão ser entregues com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis em relação às datas programadas para a coleta, conforme quantitativo informado pela equipe de fiscalização do contrato.

## 7. ESTIMATIVAS DA QUANTIDADE

Para o levantamento das quantidades a serem contratadas, considerou-se o histórico de adesão dos servidores de cada localidade em anos anteriores, bem como o número de servidores ativos em exercício na UFPR em 2026:

- Jandaia do Sul: 95 servidores
- Palotina: 215 servidores
- Toledo: 75 servidores

O quadro abaixo traz o demonstrativo das quantidades dos exames laboratoriais, considerando histórico de adesão de servidores que serão convocados nos campi de Jandaia do Sul, Palotina e Toledo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Jandaia do Sul	Palotina	Toledo	Total
1	Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas) Código TUSS 40304361	unidade	95	215	75	385
	Rotina de urina					

2	(caracteres físicos, elementos anormais e sedimentoscopia) - Código TUSS 40311210	unidade	95	215	75	385
3	Creatinina - Código TUSS 40301630	unidade	95	215	75	385
4	Glicose - Código TUSS 40302040	unidade	95	215	75	385
5	Gama GT - Gama-glutamil transferase Código TUSS 40301990	unidade	95	215	75	385
6	Perfil lipídico / lipidograma (lípidios totais, colesterol, triglicerídios e eletroforese lipoproteínas) - Código TUSS 40302750	unidade	95	215	75	385
7	TGO - Transaminase oxalacética (amino transferase aspartato) - Código TUSS 40302504	unidade	95	215	75	385
8	TGP - Transaminase pirúvica (amino transferase de alanina) - Código TUSS 40302512	unidade	95	215	75	385
9	TSH - Tireoestimulante, hormônio (tsh) - Código TUSS 40316521	unidade	95	215	75	385
10	T4 livre - Código TUSS 40316491	unidade	95	215	75	385
11	Hemoglobina glicada (fração a1c) - Código TUSS 40302733	unidade	95	215	75	385
12	Sangue oculto, pesquisa nas fezes - Código TUSS 40303136	unidade	07	50	11	68
13	Antígeno específico prostático total (PSA) Código TUSS 40316149	unidade	06	25	06	37
14	Hepatite b - hbsag (au, antígeno austrália) Código TUSS 40307018	unidade	03	15	25	43
15	Hepatite b - hbsac (anti-antígeno de superfície) Código TUSS 40306992	unidade	03	15	25	43
16	Hepatite b - hbcac - igg (anti -core igg ou acoreg) - Código TUSS	unidade	03	15	25	43

	40306950					
17	Hepatite c - anti -hcv - Código TUSS 40307026	unidade	05	25	50	80

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O levantamento de preços foi realizado observando o disposto na Instrução Normativa nº 065/2021SEGES/ME.

As pesquisas realizadas por meio de ferramentas do Governo Federal não se mostraram eficientes, uma vez que os dados constantes nos relatórios apresentaram valores inexequíveis e incompatíveis com as particularidades de cada localidade, o que pode representar risco de fracasso ao procedimento licitatório.

Diante disso, realizou-se pesquisa direta junto aos fornecedores da região, com o objetivo de obter preços compatíveis com a realidade das localidades onde os serviços serão prestados. Inicialmente, procedeu-se ao levantamento dos laboratórios existentes nos municípios de Jandaia do Sul, Palotina e Toledo, por meio do site de buscas Google. Na sequência, foram encaminhadas solicitações formais de cotação aos fornecedores, via e-mail.

Houve retorno de 9 (nove) empresas, cujos preços compõem a pesquisa de preços.

A obtenção do preço estimado deu-se com base no menor valor entre a média e a mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços.

### Dos Lotes:

#### Grupo 01 – Jandaia do Sul

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total
1	Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritograma, leucograma, plaquetas) - Código TUSS40304361	Unidade	95	R\$ 22,67	R\$ 2.153,65
2	Rotina de urina (caracteres físicos, elementos anormais e sedimentoscopia) - Código TUSS 40311210	Unidade	95	R\$ 15,00	R\$ 1.425,00
3	Creatinina- Código TUSS 40301630	Unidade	95	R\$ 12,67	R\$ 1.203,65
4	Glicose - Código TUSS 40302040	Unidade	95	R\$ 12,67	R\$ 1.203,65
5	Gama GT - Gama-glutamil transferase - Código TUSS 40301990	Unidade	95	R\$ 12,67	R\$ 1.203,65
6	Perfil lipídico / lipidograma (lípidios totais, colesterol, triglicerídios e eletroforese lipoproteínas) - Código TUSS40302750	Unidade	95	R\$ 43,33	R\$ 4.116,35
7	TGO - Transaminase oxalacética (amino transferase aspartato) Código TUSS 40302504	Unidade	95	R\$ 12,00	R\$ 1.140,00
	TGP - Transaminase pirúvica				

8	(amino transferase de alanina) Código TUSS 40302512	Unidade	95	R\$ 12,00	R\$ 1.140,00
9	TSH - Tireoestimulante, hormônio (tsh) - Código TUSS 40316521	Unidade	95	R\$ 28,33	R\$ 2.691,35
10	T4 livre - Código TUSS 40316491	Unidade	95	R\$ 30,00	R\$ 2.850,00
11	Hemoglobina glicada (fração a1c) - Código TUSS 40302733	Unidade	95	R\$ 28,33	R\$ 2.691,35
12	Sangue oculto, pesquisa nas fezes - Código TUSS 40303136	Unidade	08	R\$ 35,00	R\$ 280,00
13	Antígeno específico prostático total (PSA) - Código TUSS 40316149	Unidade	06	R\$ 35,00	R\$ 210,00
14	Hepatite b - hbsag (au, antígeno austrália) - Código TUSS 40307018	Unidade	03	R\$ 36,67	R\$ 110,01
15	Hepatite b - hbsac (anti - antígeno de superfície) - Código TUSS 40306992	Unidade	03	R\$ 30,00	R\$ 90,00
16	Hepatite b - hbcac - igg (anti -core igg ou acoreg) - Código TUSS 40306950	Unidade	03	R\$ 35,00	R\$ 105,00
17	Hepatite c - anti -hcv - Código TUSS 40307026	Unidade	05	R\$ 35,00	R\$ 175,00
<b>Valor total do Grupo 01</b>					<b>R\$ 22.788,66</b>

## Grupo 02 – Palotina

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total
18	Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas) - Código TUSS40304361	Unidade	215	R\$ 30,00	R\$ 6.450,00
19	Rotina de urina (caracteres físicos, elementos anormais e sedimentoscopia) - Código TUSS 40311210	Unidade	215	R\$ 20,00	R\$ 4.300,00
20	Creatinina- Código TUSS 40301630	Unidade	215	R\$ 16,67	R\$ 3.584,05
21	Glicose - Código TUSS 40302040	Unidade	215	R\$ 16,67	R\$ 3.584,05
22	Gama GT - Gama-glutamil transferase - Código TUSS	Unidade	215	R\$ 18,33	R\$ 3.940,95

	40301990				
23	Perfil lipídico / lipidograma (lípidios totais, colesterol, triglicerídios e eletroforese lipoproteínas) - Código TUSS40302750	Unidade	215	R\$ 70,00	R\$ 15.050,00
24	TGO - Transaminase oxalacética (amino transferase aspartato) Código TUSS 40302504	Unidade	215	R\$ 18,33	R\$ 3.940,95
25	TGP - Transaminase pirúvica (amino transferase de alanina) Código TUSS 40302512	Unidade	215	R\$ 18,33	R\$ 3.940,95
26	TSH - Tireoestimulante, hormônio (tsh) - Código TUSS 40316521	Unidade	215	R\$ 25,00	R\$ 5.375,00
27	T4 livre - Código TUSS 40316491	Unidade	215	R\$ 25,00	R\$ 5.375,00
28	Hemoglobina glicada (fração a1c) - Código TUSS 40302733	Unidade	215	R\$ 30,00	R\$ 6.450,00
29	Sangue oculto, pesquisa nas fezes - Código TUSS 40303136	Unidade	50	R\$ 26,67	R\$ 1.333,50
30	Antígeno específico prostático total (PSA) - Código TUSS 40316149	Unidade	25	R\$ 35,00	R\$ 875,00
31	Hepatite b - hbsag (au, antígeno austrália) - Código TUSS 40307018	Unidade	15	R\$ 30,00	R\$ 450,00
32	Hepatite b - hbsac (anti - antígeno de superfície) - Código TUSS 40306992	Unidade	15	R\$ 35,00	R\$ 525,00
33	Hepatite b - hbcac - igg (anti - core igg ou acoreg) - Código TUSS 40306950	Unidade	15	R\$ 25,00	R\$ 375,00
34	Hepatite c - anti -hcv - Código TUSS 40307026	Unidade	25	R\$ 35,00	R\$ 875,00
<b>Valor total do Grupo 02</b>					<b>R\$ 66.424,45</b>

### Grupo 03 – Toledo

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total
35	Hemograma com contagem de plaquetas ou frações(eritrograma, leucograma,plaquetas)- CódigoTUSS40304361	Unidade	75	R\$ 9,15	R\$ 686,25
	Rotina de urina (caracteres				

36	físicos, elementos anormais e sedimentoscopia) - Código TUSS 40311210	Unidade	75	R\$ 6,00	R\$ 450,00
37	Creatinina- Código TUSS 40301630	Unidade	75	R\$ 4,50	R\$ 337,50
38	Glicose - Código TUSS 40302040	Unidade	75	R\$ 4,50	R\$ 337,50
39	Gama GT - Gama-glutamil transferase - Código TUSS 40301990	Unidade	75	R\$5,00	R\$ 375,00
40	Perfil lipídico / lipidograma (lípidios totais, colesterol, triglicerídios e eletroforese lipoproteínas) - Código TUSS 40302750	Unidade	75	R\$18,10	R\$ 1.357,50
41	TGO - Transaminase oxalacética (amino transferase aspartato) Código TUSS 40302504	Unidade	75	R\$ 5,00	R\$ 375,00
42	TGP - Transaminase pirúvica (amino transferase de alanina) Código TUSS 40302512	Unidade	75	R\$ 5,00	R\$ 375,00
43	TSH - Tireoestimulante, hormônio (tsh) - Código TUSS 40316521	Unidade	75	R\$ 14,80	R\$ 1.110,00
44	T4 livre - Código TUSS 40316491	Unidade	75	R\$ 14,80	R\$ 1.110,00
45	Hemoglobina glicada (fração a1c) - Código TUSS 40302733	Unidade	75	R\$ 18,50	R\$ 1.387,50
46	Sangue oculto, pesquisa nas fezes - Código TUSS 40303136	Unidade	11	R\$ 10,50	R\$ 115,50
47	Antígeno específico prostático total (PSA) - Código TUSS 40316149	Unidade	06	R\$ 14,80	R\$88,80
48	Hepatite b - hbsag (au, antígeno austrália) - Código TUSS 40307018	Unidade	25	R\$ 14,80	R\$ 370,00
49	Hepatite b - hbsac (anti - antígeno de superfície) - Código TUSS 40306992	Unidade	25	R\$ 14,80	R\$ 370,00
50	Hepatite b - hbcac - igg (an - core igg ou acoreg) - Código TUSS 40306950	Unidade	25	R\$ 14,00	R\$ 350,00
51	Hepatite c - an -hcv - Código TUSS 40307026	Unidade	50	R\$ 18,50	R\$ 925,00
<b>Valor total do Grupo 03</b>					<b>R\$ 10.120,55</b>

O valor total da contratação é de **R\$ 99.333,66** (noventa e nove mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos).

## **9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO**

A organização dos exames em lotes integra a estratégia de gestão desta Universidade, considerando a necessidade de realizar a coleta das amostras de forma agrupada, por tipo de exame, a fim de evitar que os servidores precisem se deslocar para diferentes locais durante a realização dos Exames Médicos Periódicos.

Adicionalmente, tendo em vista que a contratação ocorrerá em três regiões distintas, a definição dos lotes será estruturada por localidade.

Além disso, a contratação dos itens de forma agrupada possibilita a padronização dos serviços prestados, bem como maior celeridade na sua execução, reduzindo o risco de falhas e preservando a qualidade do objeto contratado. A realização dos exames por diferentes prestadores poderia acarretar despadronização, dificuldades de gerenciamento e até aumento de custos, uma vez que a contratação visa constituir um conjunto unitário e integrado.

Ademais, a adoção desse modelo favorece a obtenção de economia de escala, tanto pela otimização logística quanto pela redução de eventuais transtornos decorrentes da atuação de múltiplas empresas na execução e supervisão dos serviços.

Justifica-se a realização da contratação em grupos, uma vez que a sua divisão em múltiplos itens poderia resultar na contratação de diversos fornecedores distintos, o que tenderia a prejudicar a unidade e a coerência do objeto. Tal cenário poderia, ainda, acarretar transtornos à adequada e eficiente execução contratual.

Para embasar esta decisão foram consideradas a viabilidade técnica, ganhos de escala, aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E OU INTERDEPENDENTES**

Não foram identificadas outras contratações correlatas ou interdependentes necessárias para o presente objeto.

## **11.DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

A presente contratação já está prevista no Plano Anual de Contratações 2026, devidamente homologado pela autoridade competente, conforme Documento de Formalização de Demanda 539/2025.

### **11.1 Do Plano de Desenvolvimento Institucional**

A contratação pretendida está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, no que concerne ao Eixo Desenvolvimento Institucional, que trata do desenvolvimento de atividades que levem à melhoria mensurável das condições das Instituições Federais de Ensino, para o cumprimento eficiente e eficaz de sua missão.

A política institucional de Gestão de Pessoas é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e está orientada nos objetivos institucionais e em conformidade com os aspectos legais e normativos inerentes à atividade. Tem a finalidade de promover e contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores, com responsabilidade funcional e respeito ao interesse público, sendo que a Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde do Servidor tem como propósito planejar, organizar, supervisionar, orientar e fomentar as atividades e serviços de saúde e segurança do trabalho dos servidores da UFPR bem como gerenciar, acompanhar e promover ações nas áreas de atenção, promoção e vigilância em saúde.

Ainda cabe destacar que a contratação visa atender os seguintes objetivos estratégicos:

- Objetivo Estratégico 4.4 que visa a ação de institucionalizar política de qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho;
- Objetivo Estratégico 4.7 que visa a ação de ramificar os serviços de saúde para servidores dos campi fora de sede.

## **12. RESULTADOS PRETENDIDOS PELA CONTRATAÇÃO**

Contratação de serviços de coleta e análise clínica de exames laboratoriais, com a finalidade de viabilizar a realização de avaliações médicas periódicas dos servidores da UFPR lotados nos campi do interior do Paraná. A medida visa à preservação da saúde dos servidores, considerando os riscos existentes no ambiente de trabalho e a ocorrência de doenças ocupacionais ou profissionais, bem como à promoção da saúde e da qualidade de vida.

### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Quando as coletas dos exames forem realizadas nas dependências dos Campi da universidade, a UFPR disponibilizará um espaço adequado para a realização dos exames, composto por uma sala acessível, equipada com uma mesa e duas cadeiras. O ambiente deverá estar limpo e bem ventilado. Além disso, será designada equipe responsável pelo recebimento e pela distribuição dos frascos de coleta em cada campus das cidades envolvidas.

### **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

A empresa deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, visando mitigar possíveis impactos ambientais, dispostos na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, a saber:

I – Uso de produtos de limpeza e conservação de superfície e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – Fornecimento dos equipamentos de segurança, que se fizerem necessários, aos empregados, para a execução dos serviços;

III– Cumprimento das Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

### **15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com base nos presentes estudos preliminares e em atendimento ao disposto no art. 24, inciso XII, da IN nº 05/2017-SEGES/MPDG, a Equipe de Planejamento declara a contratação pretendida viável, recomendando o prosseguimento da tramitação nos termos previstos.

## **ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.038/2026**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: **novembro/2025**

Ata de Registro de Preços – Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (153079)**

Processo Administrativo nº 23075.020416/2026-13

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX



A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**, com sede à Rua XV de Novembro, nº 1299, na cidade de Curitiba/Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 75.095.679/0001-49, neste ato representado(a) pelo(a) Pró-Reitor de Orçamento e Administração, NOME COMPLETO, nomeado(a) pela Portaria nº XXX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no *DOU* de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº ..... [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90.038/2026, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 23075.020416/2026-13, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 90.038/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviços e realização de exames laboratoriais de saúde, para os Exames Médicos Periódicos dos servidores da UFPR nos Campi do interior do Paraná, nas cidades de Jandaia do Sul, Palotina e Toledo, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.038/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
	Especificação	Marca  ( <i>se exigida no edital</i> )	Modelo  ( <i>se exigido no edital</i> )	Unidade	Quantidade  Máxima	Quantidade  Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X	Descrição do item no Termo de Referência			Unidade prevista no Termo de Referência				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal do Paraná (UASG 153079).

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

**OU**

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

##### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.2.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere a alínea “b)” do item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata a alínea “a)” do item 5.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

i. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

ii. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. O requerimento deverá ser entregue diretamente à Unidade de Contratos da Coordenadoria de Licitações e Contratações, através do e-mail [contratos@ufpr.br](mailto:contratos@ufpr.br).

7.2.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.7. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. O fornecedor fica obrigado a entregar, pelo preço registrado, os itens constantes das notas de empenho emitidas anteriormente a seu protocolo de solicitação de Alteração de Preços. Caso se recuse, estará sujeito às sanções descritas no Termo de Referência.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas

no Termo de Referência.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é assinada eletronicamente. ~~foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).~~

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

## **ANEXO**

### **CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

---

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade